



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado, Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO ANUAL
DE AUDITORIA



CHBM

Centro Hospitalar
Barreiro Montijo EPE

Período Económico de 2012





INDICE

I – INTRODUÇÃO.....	2
1. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	2
2. METODOLOGIAS E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA	3
II – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	4
III – AUDITORIA ÀS CONTAS.....	5
1. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES	5
2. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL	6
3.1. <i>Fundos Próprios e Detentores de Capital</i>	6
3.2. <i>Imobilizados, Amortizações e Ajustamentos</i>	7
3.3. <i>Existências e Ajustamentos</i>	9
3.4. <i>Terceiros</i>	12
3.5. <i>Acréscimos e Diferimentos</i>	20
3.6. <i>Disponibilidades</i>	24
3.7. <i>Provisões e Outras Contingências</i>	25
4. RESULTADOS	26
4.1. <i>Proveitos e Ganhos</i>	27
4.2. <i>Custos e Perdas</i>	27
5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	29
5.1. <i>Orçamento de Resultados</i>	29
5.2. <i>Orçamento e Cabimentação</i>	32
IV – PRESTAÇÃO DE CONTAS	36
6. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	36
6.1. <i>Dever de informação</i>	36
6.2. <i>Programa pagar a tempo e horas</i>	36
6.3. <i>Objetivos de redução do défice orçamental</i>	37
7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	39
7.1. <i>Aplicação das normas de contratação pública</i>	39
8. RECURSOS HUMANOS	40
V – RELATÓRIO DE GESTÃO	43



I – Introdução

Procedemos à revisão legal das contas da entidade relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2012, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 13 de Abril de 2013.

1. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

<p><i>Constituição e Objeto Social</i></p>	<p>O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) é uma pessoa coletiva, com natureza de entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial de natureza empresarial.</p> <p>O objeto social da entidade consiste na prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral. Desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa, podendo ser objeto de contratos-programa em que se definam as respetivas formas de financiamento.</p>
<p><i>Localização</i></p>	<p>A atividade é exercida na sede social sita na Avenida Movimento das Forças Armadas no Barreiro, e na Rua Machado Santos 52/54 Montijo, não havendo outros estabelecimentos, dependências, sucursais.</p>
<p><i>Enquadramento Societário e Capital</i></p>	<p>O capital estatutário inicial era de € 29.930.000,00 conforme consta no Decreto-Lei n.º 233/05 de 29 de Dezembro que aprova os respetivos estatutos, com as alterações introduzidas pelo DL nº 244/2012, de 9 de Novembro. Por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 23 de Dezembro de 2009, foi subscrito um aumento de capital social no valor de 8.000.000€. Assim, o capital social passou a ser de 37.930.000€.</p> <p>Em 24 de Setembro 2011, de acordo com o Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças, da Administração Pública e da Saúde, foi determinado um aumento do capital estatutário em 3.000.000,00€ passando o capital do CHBM para 40.930.000,00€.</p> <p>O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.</p>
<p><i>Enquadramento Fiscal</i></p>	<p>A entidade tem o número de contribuinte de 509 186 998.</p> <p>I.R.C. → Regime geral de tributação.</p> <p>I.V.A. → Regime normal com periodicidade trimestral, realizando operações isentas previstas no nº 2 do artigo 9º do CIVA (isenção incompleta).</p>
<p><i>Organização Contabilística</i></p>	<p>Para o registo das diversas operações por si efetuadas, a entidade possui contabilidade organizada nos termos do Artigo 115º do CIRC e do Artigo 44º do</p>



	<p>CIVA.</p> <p>A contabilidade do Hospital é executada em observância do POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, aprovado pela Portaria nº 898/2000 de 28 de Setembro.</p> <p>Como elementos contabilísticos possui balancetes analíticos e sintéticos, extratos detalhados por conta e entidade para qualquer período solicitado. A entidade possui todos os elementos requeridos pelo Artigo 119º do CIRS e Artigo 120º do CIRC.</p> <p>Os lançamentos contabilísticos encontram-se suportados por documentos devidamente numerados e arquivados, encontrando-se as operações registadas por ordem cronológica.</p>
--	---

2. METODOLOGIAS E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:

- ♥ Reuniões com a Administração e outros responsáveis e leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ♥ Análise do respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites e apreciação das regras e procedimentos contabilísticos, da organização geral e da fiabilidade do sistema contabilístico;
- ♥ Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente, os critérios e métodos de valorização adotados pela Entidade e que se encontram divulgadas no Anexo;
- ♥ Verificação do suporte documental das operações, em particular no que concerne à sua legalidade e objetividade;
- ♥ Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- ♥ Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras, receção e contas a pagar, vendas, expedição e contas a receber, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
- ♥ Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos e enquadramento das operações face ao sistema fiscal, utilizando quadros próprios de auditoria.



II – Conclusões e Recomendações

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que, em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira da entidade em 31 de Dezembro de 2012, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior e à semelhança do verificado no período anterior, alertamos para o facto de:

- ♥ Aquando da criação do **CHBM** (que resultou de uma fusão de duas entidades, o Hospital Nossa Senhora do Rosário, E.P.E (HNSR). e o Hospital do Montijo), não se atendeu totalmente à estrutura financeira deficitária da entidade, na medida que “herdou” os resultados negativos acumulados do HNSR. Deste modo, face a esta situação e aos resultados negativos avultados obtidos nos dois últimos exercícios, os fundos próprios do **CHBM** revelam-se já bastante negativos, no montante de € 65.458.376,90 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e seis euros e noventa cêntimos). Esta situação muito negativa, face à natureza da entidade, não coloca em causa a sua continuidade, mas sim o seu carácter empresarial, a sua sustentabilidade e solvabilidade.

- ♥ Embora não previsto no Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, não foram integradas no Capital Social as reservas decorrentes da avaliação dos activos imobilizados, tal como estava previsto no anterior regime preconizado pelo Decreto-Lei nº 299/2002 de 11 de Dezembro.



III – Auditoria às Contas

Nos pontos seguintes apresentamos as verificações realizadas em cada uma das áreas da entidade bem como as inconformidades detetadas nas suas contas e no seu sistema de controlo interno.

1. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES

Conforme acima mencionado, foram analisadas as demonstrações financeiras no sentido de apurar o respeito pelos seguintes princípios contabilísticos fundamentais:

- ♥ Continuidade das operações da entidade;
- ♥ Consistência das suas políticas contabilísticas;
- ♥ Custo histórico dos registos contabilísticos;
- ♥ Prudência através da realização de estimativas em condições de incerteza;
- ♥ Substância das operações sobre a forma legal;
- ♥ Materialidade: todos os elementos materialmente relevantes e que podem afetar avaliações ou decisões pelos utentes interessados, encontram-se relatados nas demonstrações financeiras;
- ♥ Especialização (balanceamento, diferimento e acréscimo) dos proveitos e ganhos, custos e perdas registados no exercício.

Concluimos que, na sua essência, os princípios contabilísticos geralmente aceites foram respeitados, pelo que não coloca em causa a verdadeira e apropriada imagem das demonstrações financeiras.

2. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram analisados todos os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorreram entre a data do balanço e a data de emissão da certificação legal das contas susceptíveis de dar lugar a ajustamentos.

Nenhum dos acontecimentos analisados constituem prova de condições que existiam à data do balanço, pelo que não houve nenhum registo contabilístico a realizar.



3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

3.1. Fundos Próprios e Detentores de Capital

Por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, o capital estatutário do **CHBM**, era, à data de 31-12-2009, no montante de €37.930.000,00. Durante o ano de 2010, também por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, foi determinado um novo aumento do capital em 3.000.000,00€ passado o mesmo para o montante de 40.930.000,00€, aumento esse que foi integralmente realizado durante o período de 2010.

Na conta 511 – “Capital Social” está assim refletido à data de 31 de Dezembro de 2012 o capital estatutário do Hospital, no valor de **€ 40.930.000,00**, que de acordo com Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro que aprovou os respetivos estatutos, é integralmente detido pelo Estado Português.

Durante o exercício económico em análise, registaram-se na conta 57 – “Reservas”, doações recebidas em numerário no valor de € 2.700,00. Estes valores foram por nós validados.

Os movimentos ocorridos no período económico na conta 59 – “Resultados Transitados”, respeitam à transferência do resultado líquido do ano anterior no montante de € 24.574.249,73 negativos, bem como a regularizações positivas no montante de € 600.340,71, que resultam de regularizações não frequentes e de grande significado que devem afetar positivamente os fundos próprios, e não o resultado do exercício.

Seguidamente apresentamos dois quadros resumo da situação e movimentos dos fundos próprios da entidade:

DETENTORES DO PATRIMÓNIO						
Nome	Conta	Saldo Inicial	Receim/ Pagam/ ²	Saldo Final	SF validado ³	Diferenças
Estado Português	511	40.930.000,00 €	0,00 €	40.930.000,00 €	40.930.000,00 €	0,00 €
Total com Estado Português		40.930.000,00 €	0,00 €	40.930.000,00 €	40.930.000,00 €	0,00 €

OUTRAS RELAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO						
Situações	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	SF	SF validado	Diferenças
Resultado líquido do exercício	-24 574 249,73 €	24 574 249,73 €	18 290 708,91 €	-18 290 708,91 €	-18 290 708,91 €	0,00 €
Reservas legais	6 113 223,69 €	0,00 €	0,00 €	6 113 223,69 €	6 113 223,69 €	0,00 €
Doações	692 998,45 €	2 700,00 €	0,00 €	695 698,45 €	695 698,45 €	0,00 €
Resultados Transitados	-70 932 681,11 €	600 340,71 €	24 574 249,73 €	-94 906 590,13 €	-94 906 590,13 €	0,00 €

Não foram detectadas quaisquer situações que comprometam a segurança e transparência dos fundos próprios da entidade.

3.2. Imobilizados, Amortizações e Ajustamentos

No que concerne a estes elementos, foram realizadas as seguintes verificações:

- ♥ Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo bem como a confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens. Verificámos que os terrenos onde se encontra implementado o Hospital do Barreiro já se encontram registados em nome do **CHBM**;
- ♥ Cobertura de seguros, em que relativamente às viaturas, a responsabilidade civil pela ocorrência de sinistro se encontra assegurada através dos contratos de seguro celebrados com a Vitória Seguros, S.A.;

IMOBILIZADOS					
	2011	2012	Montantes Validados	Diferença	Observações
421	239.544,43 €	239.544,43 €	239.544,43 €	0,00 €	Varição OK
422	19.230.536,26 €	20.845.687,01 €	20.845.687,01 €	0,00 €	Varição OK
423	24.289.941,03 €	24.156.517,85 €	24.156.517,85 €	0,00 €	Varição OK
424	406.099,36 €	406.099,36 €	406.099,36 €	0,00 €	Varição OK
425	54.799,27 €	54.694,59 €	54.694,59 €	0,00 €	Varição OK
426	6.115.750,48 €	6.127.790,15 €	6.127.790,15 €	0,00 €	Varição OK
427	11.463,60 €	11.463,60 €	11.463,60 €	0,00 €	Varição OK
429	7.581,57 €	7.581,57 €	7.581,57 €	0,00 €	Varição OK
T42	50.355.716,00 €	51.849.378,56 €	51.849.378,56 €	0,00 €	
432	442.785,94 €	442.785,94 €	442.785,94 €	0,00 €	Varição OK
T43	442.785,94 €	442.785,94 €	442.785,94 €	0,00 €	
442	1.645.884,31 €	136.289,66 €	136.289,66 €	0,00 €	Varição OK
T44	1.645.884,31 €	136.289,66 €	136.289,66 €	0,00 €	
Total 42	52.444.386,25 €	52.428.454,16 €	52.428.454,16 €	0,00 €	

Legenda (aplicável também aos quadros seguintes):

- | | | |
|---|--|---------------------------------------|
| (...) 21 – Terrenos e recursos naturais | (...) 22 – Edifícios e construções | (...) 23 – Equipamento básico |
| (...) 24 – Equipamento de transporte | (...) 25 – Ferramentas e utensílios | (...) 26 – Equipamento administrativo |
| (...) 27 – Taras e Vasilhames | (...) 29 – Outros imobilizados corpóreos | (...) 4 – Imobilizado em curso |
| (...) 32 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento | | |

Verificámos as aquisições ocorridas durante o exercício em análise, no montante total de € 1.821.393,07 sendo que € 311.798,42 respeitam à compra de equipamento diverso e os restantes € 1.509.594,65, decorrem da conclusão de imobilizações que se encontravam em curso no ano anterior. Validámos ainda o abate de bens no montante total de € 327.730,51, pelo que no final de 2012, o imobilizado do CHBM apresentava um valor líquido de € 17.075.534,73.

♥ Validação da adequação das amortizações praticadas bem como da respetiva relevância fiscal.

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

	2011	2012	Montantes Validados	Diferença	Observações
4822	7.951.425,18 €	9.012.384,78 €	9.012.384,78 €	0,00 €	Variação OK
4823	18.041.125,85 €	19.742.589,36 €	19.742.589,36 €	0,00 €	Variação OK
4824	299.299,84 €	343.113,76 €	343.113,76 €	0,00 €	Variação OK
4825	41.501,20 €	45.081,23 €	45.081,23 €	0,00 €	Variação OK
4826	5.242.412,79 €	5.622.691,26 €	5.622.691,26 €	0,00 €	Variação OK
4827	10.049,81 €	11.228,30 €	11.228,30 €	0,00 €	Variação OK
4829	2.302,30 €	3.842,13 €	3.842,13 €	0,00 €	Variação OK
T482	31.588.116,97 €	34.780.930,82 €	34.780.930,82 €	0,00 €	
4832	430.697,47 €	435.698,95 €	435.698,95 €	0,00 €	Variação OK
T483	430.697,47 €	435.698,95 €	435.698,95 €	0,00 €	
Total	32.018.814,44 €	35.216.629,77 €	35.216.629,77 €	0,00 €	

Aquando dos abates dos bens, foi por nós validado a respetiva anulação das amortizações acumuladas de todos os bens que não estavam totalmente amortizados.

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

	2012	Montantes Validados	Diferença
6622	1.060.959,60 €	1.060.959,60 €	0,00 €
6623	1.948.791,78 €	1.948.791,78 €	0,00 €
6624	43.813,92 €	43.813,92 €	0,00 €
6625	3.684,71 €	3.684,71 €	0,00 €
6626	405.040,05 €	405.040,05 €	0,00 €
6627	1.178,49 €	1.178,49 €	0,00 €
6629	1.539,83 €	1.539,83 €	0,00 €
T662	3.465.008,38 €	3.465.008,38 €	0,00 €
6632	5.001,48 €	5.001,48 €	0,00 €
T663	5.001,48 €	5.001,48 €	0,00 €
Total 66	3.470.009,86 €	3.470.009,86 €	0,00 €

As amortizações calculadas pela entidade, têm em consideração o mês de aquisição dos bens, utilizando para o efeito o critério dos duodécimos.

O valor das imobilizações constante no Balanço representa de uma forma verdadeira e apropriada o valor desta tipologia de bens que a entidade controla, tendo em conta os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



3.3. Existências e Ajustamentos

Em relação às existências e respetivos ajustamentos foram realizadas os seguintes trabalhos:

- ♥ Observação das operações de inventariação física de existências, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes das contagens efetuadas e da respetiva valorização, cálculo e compilação;
- ♥ Análise das situações justificativas da realização de ajustamentos para redução das existências, bem como as respetivas implicações fiscais.

O **CHBM** utiliza o sistema de inventário permanente, o que lhe permite obter, em qualquer momento, conhecimento do valor de existências que se encontra em armazém.

Para efeitos de apuramento e verificação dos valores para as demonstrações financeiras relativas a 31 de Dezembro de 2012, realizaram-se contagens finais à totalidade das existências nos armazéns de Farmácia e Aprovisionamentos. As contagens físicas do aprovisionamento decorreram nos dias 30 de Novembro, 1 e 2 de Dezembro de 2012, enquanto as contagens físicas dos Serviços Farmacêuticos decorreram nos dias 8 e 9 de Dezembro de 2012. Foram constituídas várias equipas para as contagens, todas elas acompanhadas por nós.

Durante as contagens da logística foi verificado que foram respeitadas as normas e os procedimentos internos do Inventário Anual, recomendámos apenas que em futuros inventários sejam assinalados todos os produtos contados.

No que respeita às contagens dos serviços farmacêuticos, fomos observando os procedimentos adotados pelos técnicos e auxiliares da Farmácia e constatamos o seguinte:

- ♥ Existência de menor quantidade de produto para contar, comparadamente com anos anteriores; Face à esta situação, verificou-se excesso de técnicos e equipas de contagem, face às necessidades reais;
- ♥ As listas que nos foram entregues eram sem quantidades (iguais às das equipas de contagem), ordenadas alfabeticamente, o que nos criou alguma dificuldade a acompanhar as contagens;
- ♥ As listas tem que ter esta ordenação porque não existe registo informático da localização do produto, nem códigos de barras;
- ♥ Os procedimentos de contagem não eram uniformes entre equipas, isto é, algumas equipas realizavam apenas contagens e havia equipas que procediam a contagens e recontagens;
- ♥ Verificou-se também falta de liderança da responsável pelo inventário, o que provocou alguma desorganização;

- ♥ Os procedimentos relativos às saídas de produto durante a contagem foram diferentes dos adotados nos anos anteriores; Durante as contagens, sempre que se verificava uma saída de um produto, a equipa que estava a contar anotava a saída, de modo a que a equipa que ia fazer a recontagem obtenha a mesma quantidade de produto contado; Esta situação levou a alguma confusão na recontagem;
- ♥ Verificamos a existência de muitos produtos em stock próximos do prazo final da validade; Durante as contagens não se anotou o prazo de validade do produto;
- ♥ O produto contado não foi marcado como "contado", isto é, não é colocada nenhuma etiqueta. Apenas no final foi colocada no armário ou prateleira uma folha onde mencionava "Contagem e Recontagem", com colocação de um "visto" à frente de cada palavra, o que provocou muita confusão entre os diversos profissionais de modo a saber o que efetivamente foi contado e recontado;
- ♥ Nas contagens das dietas, verificou-se a existência de produto para o qual não existia código de produto. Desta forma nenhum médico pode prescrever o produto em causa porque desconhece a sua existência nos Serviços Farmacêuticos. Este produto veio do Hospital do Montijo;
- ♥ Também se verificou nas contagens das dietas que os produtos estavam mal identificados, ou com descritivo muito insuficiente, o que causou dificuldades na sua identificação; Notou-se também alguma dificuldade dos profissionais na identificação do mesmo;
- ♥ Durante uma boa parte do período das contagens o cofre onde são guardados os estupefacientes esteve aberto e de fácil acesso e sem supervisão; Realizou-se dois testes e em ambas as ocasiões pudemos abrir o cofre, retirar produto, sem qualquer chamada de atenção ou impedimento;
- ♥ Nos testes de verificação às contagens do "Kardex" que foram efectuadas durante a semana, verificámos a existência de erros. Insistimos numa recontagem parcelar do "Kardex", principalmente das "gavetas grandes", o que foi atendido pelos serviços. Da recontagem verificou-se que dos 46 produtos recontados, existiam 16 com erros, o que equivale a 36,36% de erros de contagem;
- ♥ Analisando os erros, verificámos que a maioria se devia ao registo dos aviamentos para os serviços, bem como no processo de reposição. Com efeito o produto entra no "Kardex" muitas vezes embalado em sacos de plástico com erros de valor nas quantidades anotadas no saco. Este erro acontece dado que na reposição não se confirma as quantidades constantes nos sacos;
- ♥ Na junção das listas, estas foram divididas entre duas equipas, tendo-se verificado alguma confusão no trabalho de uma das equipas;
- ♥ Durante a junção das listas, verificou-se que não se tinha contado um armário que se encontrava no corredor, tendo-se procedido a essa contagem com nossa supervisão;

- ☛ Acompanhámos a junção completa das listas, tendo desde logo verificado a existência de inúmeras diferenças entre o stock informático e o stock "contado";
- ☛ Durante a junção das listas efetuou-se algumas confirmações de contagem, tendo-se em três ocasiões alterado o valor registado da contagem;
- ☛ Relativamente à "extensão Farmácia do Montijo" verificámos que:
 - 1) As ofertas não dão entrada no Stock;
 - 2) Os produtos não se encontram identificados;
 - 3) A equipa de contagem era constituída por apenas uma pessoa que não acompanha normalmente este armazém;
 - 4) O armário de catástrofe, é constituído por diverso material de farmácia, no entanto estes produtos já foram dados como consumidos.

No quadro que se segue apresentam-se as diferenças encontradas entre os valores de movimentos anuais acumulados e de "stocks" de Armazém e Farmácia e os valores contabilísticos correspondentes apresentados a 31 de Dezembro de 2012.

Movimento de stocks durante o exercício económico de 2012										
Conta		361	362	363	364	365	366	369	TOTAIS	
Descrição		Produtos Farmacêuticos	Produtos de Consumo Clínico	Produtos Alimentares	Material de Consumo hoteleiro	Material de Consumo administrativo	Material de manutenção e conservação	Outro material de consumo		
Contabilidade	Stock inicial	2 017 664,63	646 267,21	0,00	10 551,96	38 324,14	3 658,22	0,00	2 716 466,16	
	Compras / Produção	14 973 424,68	2 596 282,59	1 449,41	121 643,78	84 587,36	90 088,74	2 865,04	17 870 341,60	
	Consumos	15 314 665,15	2 714 568,73	1 254,94	117 852,15	107 198,76	94 081,35	2 646,71	18 352 267,79	
	Regularizações fim de exerc.	Sobras	182 430,46	250 811,10	0,00	101,63	7 819,90	3 219,98	0,00	444 383,07
		Quebras	585 083,54	23 869,57	194,47	1 392,02	200,96	0,00	118,70	610 859,26
		Outros	3 735,18	4 415,65	0,00	889,72	595,65	0,00	-99,63	9 536,57
	Stock final	1 277 506,26	759 338,25	0,00	13 942,07	23 927,33	2 885,59	0,00	2 077 599,50	
Stock final (calculado)	1 277 506,26	759 338,25	0,00	13 942,92	23 927,33	2 885,59	0,00	2 077 600,35		
Diferenças	0,00	0,00	0,00	0,85	0,00	0,00	0,00	0,85		
Programa gestão de stocks	Stock inicial	1 713 570,13	579 741,91	0,00	10 551,96	38 324,14	3 658,22	0,00	2 345 846,36	
	Compras / Produção	15 341 647,59	2 613 820,67	1 449,67	121 852,06	92 606,16	91 089,63	134 830,59	18 397 296,37	
	Consumos	16 425 488,18	2 737 022,32	1 449,67	118 534,63	107 255,92	91 862,26	136 345,25	19 617 958,23	
	Outras Entradas	1 665 139,97	1 099 919,62	0,00	51 250,87	440,63	0,00	0,00	2 816 751,09	
	Outras Saídas	1 020 744,76	1 097 978,72	0,00	51 178,20	187,12	0,00	-1 059,09	2 169 029,71	
	Acertos no Preço Médio	3 240,05	-15,49	0,00	0,00	-0,57	0,00	455,55	3 679,54	
	Stock final (apres. em listag.)	1 277 364,80	458 465,67	0,00	13 942,06	23 927,32	2 885,59	0,00	1 776 585,44	
Stock final (calculado)	1 277 364,80	458 465,67	0,00	13 942,06	23 927,32	2 885,59	-0,02	1 776 585,42		
Dif. entre s.f. calc. Es.f. listag.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,02	-0,02		
Diferenças entre Contabilidade e Programa de Stocks	Stock inicial	304 094,50	66 525,30						370 619,80	
	Compras	-368 222,91	-17 538,08	-0,26	-208,28	-8 018,80	-1 000,89	-131 965,55	-526 954,77	
	Consumos	-1 110 823,03	-22 453,59	-194,73	-682,48	-57,16	2 219,09	-133 698,54	-1 265 690,44	
	Stock final (Sf Cont - Sf Apr e Farm Calc)	141,46	300 872,58		0,01	0,01			301 014,06	

Da análise ao quadro anterior conclui-se o seguinte:

- ☛ A diferença entre os valores de "stocks" iniciais da Contabilidade e os de Farmácia e Aprovisionamentos provém da contabilização dos "stocks" existentes nas despensas dos

serviços do Hospital no final de 2012. Não foi realizada uma contagem integral de todo o "stock" que se encontra nas despensas, mas apenas por amostragem. Em muitos dos casos corresponde ao valor constante de um mapa de controlo que existe para as despensas.

- ♥ Continuam a subsistir diferenças entre os valores de compras registados pela Contabilidade e os registados pelo programa de "stocks" (Aprovisionamentos e Farmácia). Deveria implementar-se procedimentos de validação de entradas em Armazém e respectivos reflexos contabilísticos, de modo a eliminar discrepâncias a este nível (tendo especial atenção ao corte de operações no final de cada período de análise).
- ♥ Na sequência da análise das diferenças anteriores, a contabilidade procedeu a um conjunto de regularizações contabilística que foram por nós validadas.

Não foram detectadas situações materialmente relevantes que comprometam a imagem verdadeira e apropriada do valor das existências constante nas demonstrações financeiras da entidade.

3.4. Terceiros

3.4.1. Circularização de Saldos

Procedemos à confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Hospital. Nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

Verificámos que o **CHBM** realiza com alguma regularidade e de forma continuada, o controlo de contas correntes de terceiros ao longo do ano.

O quadro seguinte reporta as conclusões do trabalho de auditoria aos saldos dos fornecedores:



RESUMO A UDITORIA SALDOS FORNECEDORES

		Total de Saldos		Valor	
		Nº	%	€	%
TOTAIS EM	31-12-2012	411	100%	33.133.433,16	100%
SALDOS	Circularizados	24	6%	23.911.074,84	72%
	(total auditados)	24	6%	23.911.074,84	72%
RESPOSTAS	Responderam	24	100%	23.911.074,84	100%
	(controlo)	24	100%	23.911.074,84	100%
RESULTADO	Concordante	2	8%	731.291,23	3%
	Reconciliado	22	92%	23.179.783,61	97%
	(sub-total)	24	100%	23.911.074,84	100%
SALDOS	% do Auditado	24	100%	23.911.074,84	100%
VALIDADOS	% do Total		6%		72%

Como é possível observar no quadro a acima, circularizou-se 72% do saldo de fornecedores (cerca de 6% do número de fornecedores totais). Nos casos em que houve resposta, esta foi na sua maioria reconciliada (22), sendo 2 concordantes. Dos 22 saldos respondidos e reconciliados foi possível validar cerca de 23.179.783,61€. Globalmente, foi portanto, possível validar cerca de 72% do total do saldo de fornecedores (100% do auditado), percentagem que consideramos satisfatória.

3.4.2. Clientes e Ajustamentos de Clientes

No âmbito da análise de Clientes validámos os montantes constantes de adiantamentos de clientes que dizem respeito aos valores transferidos pela ACSS no âmbito do contrato-programa que ainda não foram faturados pelo Centro Hospitalar.

Foram também analisadas as situações justificativas da realização de ajustamentos para redução do saldo de clientes, em particular no que respeita à recuperabilidade e exigibilidade das respetivas dívidas, bem como a sua relevância fiscal.

Verificámos a existência de clientes/utentes em cobrança duvidosa no valor global de 322.233,75€, que foram ajustados a 100% do valor dos documentos. De referir que durante o ano de 2012, se verificou uma diminuição dos ajustamentos no valor de €23.468,02, registada na conta 7962. No quadro seguinte apresentamos os ajustamentos efetuados:

AJUSTAMENTOS DÍVIDAS DE CLIENTES					
	< 1 ano	> 1 ano < 2 anos	> 2 anos < 3 anos	> 3 anos	TOTAL
Entidades públicas	0,00	0,00	34,00	1 324,66	1 358,66
Outros Clientes	66,05	11 824,41	23 871,24	285 113,39	320 875,09
TOTAL	66,05	11 824,41	23 905,24	286 438,05	322 233,75

Verificámos que se procedeu ao ajustamento de dívidas no montante de 1.358,66€ de entidades públicas. Analisámos ainda as dívidas em mora há mais de 24 meses que ascendem a um valor superior de 3,3 M€. Verificámos que o valor de Outros Clientes em mora há mais de 2 anos ascende a 373.903,34€. Deste modo consideramos que os ajustamentos efetuados estão subavaliados em 63.560,05€, conforme quadro seguinte:

	Entidades públicas	Outros Clientes	Total
Dívidas > 2 anos	2 988 306,84	373 903,34	3 362 210,18
Valor Ajustado	1 358,66	308 984,63	310 343,29
Valor a ajustar	0,00	373 903,34	373 903,34
A corrigir	-1 358,66	64 918,71	63 560,05

Atendendo às datas de vencimento dos documentos, deverá acrescer-se ao Quadro 7 da declaração Modelo 22 de 2012, o valor fiscalmente não aceite, calculado de acordo com o disposto no nº 2 do art.º 36º do Código do IRC.

3.4.3. Responsabilidades perante Entidades Financeiras

O quadro seguinte apresenta o montante das responsabilidades do Hospital perante as várias entidades financeiras, a 31 de Dezembro:

RESPONSABILIDADES PERANTE SOCIEDADES FINANCEIRAS								
Conta	Banco	31-12-2011	Reconhecidas pela empresa	Banco	Dif. Recon.	Recon. Banc.	Diferença	Obs.
23112	Do FASP - SNC	12.767.548,97 €	12.767.548,97 €	12.767.548,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Empréstimos Bancários		12.767.548,97 €	12.767.548,97 €	12.767.548,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Responsabilidades		12.767.548,97 €	12.767.548,97 €	12.767.548,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK

Juros Suportados	268.530,46 €
Taxa de Juro Implícita	2%
Pagamentos	268.530,46 €

Outros custos financeiros	1.138,51 €
Taxa de Juro Implícita Global	2%
Pagamentos	1.138,51 €

Foi concedido em 19 de Dezembro de 2008, pelo Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde, um empréstimo no montante de € 24.344.242,41, a reembolsar até 17 de Junho de 2009, com vencimentos de juros mensais. Até Outubro de 2009 foi abatido o valor de



€4.000.000,00, utilizando-se as unidades de participação que o Hospital detinha nesse Fundo. O último abatimento foi efetuado em Dezembro de 2009 foi no valor de € 7.576.693,44, não se tendo efetuado qualquer abatimento após aquela data. Atualmente a dívida cifra-se em € 12.767.548,97.

Relativamente aos custos financeiros consideramos que os mesmos se encontram adequados face às responsabilidades assumidas bem como à estrutura financeira da empresa.

3.4.4. Estado e outras Entidades

Relativamente ao Estado e outras entidades públicas, verificámos a situação fiscal da entidade e a adequada contabilização dos impostos, bem como a sua situação relativa à Segurança Social e, ou outros sistemas de proteção social.

De seguida apresentamos os quadros e explicações que detalham os movimentos ocorridos neste exercício económico para cada uma das situações analisadas:

Em relação ao IRC do ano anterior, a entidade procedeu à entrega do Modelo 22 dentro do prazo legal. A entidade não apresentou coleta, apenas retenções na fonte e tributações autónomas, tendo procedido ao pagamento do diferencial entre as mesmas em Agosto de 2012, conforme quadro seguinte:

IRC				
Tipo	31-12-2011	Pag./Receb/	Data	Em dívida
Colecta (+)	0,00	0,00	06-08-2012	0,00
Ret. Fonte (-)	-13.106,62	-13.106,62		0,00
Pag. Conta (-)	0,00	0,00		0,00
PEC (-)	-70.000,00	0,00		-70.000,00
Outros (+/-)	14.846,16	14.846,16		0,00
Total	-68.260,46	1.739,54		-70.000,00

Como é possível observar pelo quadro abaixo a entidade encontrava-se obrigada a efetuar pagamentos especiais por conta. Verificámos que a entidade procedeu ao pagamento dos €70.000,00 no entanto é de referir que o 1º pagamento foi realizado fora de prazo, não cumprindo assim com o prazo legal definido para o efeito.

PAGAMENTOS ESPECIAIS POR CONTA					
	Valor Devido	Data	Valor Pago	Data	Observações
Primeiro	35.000,00 €	Março	35.000,00 €	02-04-2012	Fora do Prazo (3dias)
Segundo	35.000,00 €	Outubro	35.000,00 €	17-10-2012	



Pagamentos por Conta		Pagamentos Especial por Conta	
A - Colecta 2011	0,00 €	A - Valor Mínimo	1.000,00 €
B - Ret. Fonte 2011	13.106,62 €	B - Vendas e Prestações de Serviços 2011	59.761.291,01 €
C = (A-B)	-13.106,62 €	C - Pagamento por Conta 2011	0,00 €
D = 90% do valor C	-11.795,96 €	D - Valor Máximo	70.000,00 €
E = D/3	-3.931,99 €	E = [A+(B*0,01-A)*20%]-C	70.000,00 €
Pag. por Conta 2012	0,00 €		
Se Pagam/ em 2 momentos então F= E/2 Caso contrário então F = E			
F - PEC 2012 2 momentos		35.000,00 €	

O quadro da página seguinte detalha as retenções na fonte efetuadas por terceiros, sendo que os rendimentos respeitam a juros de depósitos bancários:

RENDIMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DAS RETENÇÕES NA FONTE EFECTUADAS POR TERCEIROS								
Conta Proveitos Financeiros e outros	Valor	Conta Retenção	Taxa	Valor na contabilidade	Valor calculado	Diferença	Obs.	
Sujeitos a retenção na fonte	7811	187,19 €	24121	25%	46,80 €	46,80 €	0,00 €	OK
	Valor a figurar na MODELO 22				46,80 €	46,80 €	0,00 €	

Verificámos ainda que o **CHBM** usufrui rendimentos de natureza predial sem que as entidades devedoras, apesar de sujeitos passivos de IRC, lhes façam a retenção na fonte do correspondente imposto, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 94º do CIRC.

3.4.4.1. Estimativa de IRC

Foi contabilizada a estimativa de imposto a pagar no valor de € 11.006,06, que diz respeito ao valor das tributações autónomas deduzido do valor das retenções na fonte efetuadas por terceiros, que foi por nós analisado, não se tendo verificado qualquer diferença materialmente relevante.

3.4.4.2. Retenções Efetuadas a Terceiros

No quadro da página seguinte apresenta-se uma síntese dos resultados da auditoria às retenções efetuadas sobre terceiros:



Descrição	Retenções efetuadas a terceiros, sobre...			Total
	Trabalho dependente	Trabalho independente	Pensões	
Processamentos				
Total Processamento no ano	5 568 904,00 €	290 528,33 €	9 000,00 €	5 868 432,33 €
Total declarações mensais	5 568 904,00 €	290 528,33 €	9 000,00 €	5 868 432,33 €
Total declarado - Modelo 10 (J)	5 569 105,00 €	290 528,33 €	9 000,00 €	5 868 633,33 €
Diferença (processado-declarado)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Pagamentos				
Total Pago referente ao período	5 568 904,00 €	290 528,33 €	9 000,00 €	5 868 432,33 €
Diferença (pago - processado)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldos				
Saldo contabilístico no início do ano	520 703,55 €	24 817,82 €	1 427,00 €	546 948,37 €
Saldo contabilístico no fim do ano	460 525,00 €	26 624,14 €	633,00 €	487 782,14 €
Saldo validado no fim	460 525,00 €	26 624,14 €	633,00 €	487 782,14 €
Diferença (validado - contabilizado)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

De referir que verificámos não existir qualquer diferença refletida entre os montantes processados, contabilizados e pagos. Verificámos apenas relativamente ao trabalho dependente, uma diferença imaterial de € 201,00 declarados a mais na declaração Modelo 10 face aos valores processados no ano.

3.4.4.3. Imposto sobre o Valor Acrescentado

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos movimentos e da situação da entidade em sede de IVA.

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
8 051,58 €	SI - 4º Trim.	8 051,57 €	9/fev/12	-0,01 €	8 051,57 €	9/fev/12	0,00 €	
11 097,75 €	1º Trimestre	11 097,75 €	8/mai/12	0,00 €	11 097,75 €	11/mai/12	0,00 €	
7 634,70 €	2º Trimestre	7 634,70 €	3/ago/12	0,00 €	7 634,70 €	6/ago/12	0,00 €	
7 027,87 €	3º Trimestre	7 027,87 €	12/nov/12	0,00 €	7 027,87 €	12/nov/12	0,00 €	
19 587,39 €	4º Trimestre	19 587,29 €	13/fev/13	-0,10 €	19 587,29 €	13/fev/13	0,00 €	
				-0,11 €			0,00 €	
45 347,71 € --> Processamento normal		Saldo Final IVA a Pagar/Receber Calculado:			19 587,40 €			
		Saldo Final na contabilidade			19 587,40 €			
		Diferença:			0,00 €			

Não se identificaram divergências significativas entre os valores processados, declarados e os efetivamente pagos.

3.4.4.4. Contribuições para a Segurança Social

A auditoria às contribuições para a Segurança Social compreendeu a análise das responsabilidades dos funcionários e da entidade patronal, as quais se encontram agregadas no quadro da página seguinte.



Verificámos alguns desfasamentos nos meses de Janeiro e Fevereiro no processamento, que foram prontamente corrigidos durante o mês de Março.

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
376 862,96 €	Saldo Inicial	376 862,94 €	27/dez/11	-0,02 €	376 862,94 €	6/jan/12	0,00 €	
256 361,28 €	Janeiro	375 169,00 €	27/jan/12	118 807,72 €	375 169,00 €	16/fev/12	0,00 €	DIF. DECL.: 118807,72€
249 792,77 €	Fevereiro	365 558,53 €	8/mar/12	115 765,76 €	365 558,53 €	19/mar/12	0,00 €	DIF. DECL.: 115765,76€
601 482,23 €	Março	366 908,75 €	28/mar/12	-234 573,48 €	366 908,75 €	17/abr/12	0,00 €	DIF. DECL.: -234573,48€
371 537,49 €	Abril	371 537,49 €	26/abr/12	0,00 €	371 537,49 €	18/mai/12	0,00 €	
366 425,09 €	Mai	366 425,09 €	25/mai/12	0,00 €	366 425,09 €	13/jun/12	0,00 €	
418 040,05 €	Junho	418 040,07 €	2/jul/12	0,02 €	418 040,07 €	13/jul/12	0,00 €	
365 022,73 €	Julho	365 022,73 €	1/ago/12	0,00 €	365 022,73 €	14/ago/12	0,00 €	
364 968,33 €	Agosto	364 968,33 €	30/ago/12	0,00 €	364 968,33 €	14/set/12	0,00 €	
361 468,25 €	Setembro	361 468,25 €	1/out/12	0,00 €	361 468,25 €	12/out/12	0,00 €	
363 382,06 €	Outubro	363 382,06 €	5/nov/12	0,00 €	363 382,06 €	8/nov/12	0,00 €	
409 637,51 €	Novembro	409 637,51 €	3/dez/12	0,00 €	409 637,51 €	4/dez/12	0,00 €	
367 036,70 €	Dezembro	367 036,62 €	8/jan/13	-0,08 €	367 036,62 €	12/jan/13	0,00 €	
				-0,08 €			0,00 €	

4 495 154,49 € --> Processamento do ano Saldo Final Calculado: 367 036,70 €
 Saldo Final: 367 036,70 €
 Diferença: 0,00 €

3.4.4.5. Caixa Geral de Aposentações

Validámos os descontos para a Caixa Geral de Aposentações que compreendem as responsabilidades dos funcionários e da entidade patronal. Foram detetadas divergências sem significado entre os valores contabilizados, declarados e os valores efetivamente pagos, as quais se encontram devidamente regularizadas, conforme quadro seguinte:

CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Vabr	Data	Vabr	Data	Diferença	Vabr	Data	Diferença	
389.076,48 €	Saldo Inicial	389.076,46 €	5-Jan-12	-0,02 €	389.076,46 €	6-Jan-12	0,00 €	
389.924,72 €	Janeiro	389.924,71 €	25-Jan-12	-0,01 €	389.924,72 €	13-Fev-12	0,01 €	
374.135,22 €	Fevereiro	374.135,20 €	9-Mar-12	-0,02 €	374.135,22 €	12-Mar-12	0,02 €	
389.812,70 €	Março	389.812,70 €	4-Abr-12	0,00 €	389.812,70 €	10-Abr-12	0,00 €	
373.373,92 €	Abril	373.373,90 €	26-Abr-12	-0,02 €	373.373,92 €	11-Mai-12	0,02 €	
373.051,97 €	Mai	373.051,93 €	1-Jun-12	-0,04 €	373.051,97 €	14-Jun-12	0,04 €	
413.833,32 €	Junho	413.833,32 €	3-Jul-12	0,00 €	413.833,32 €	11-Jul-12	0,00 €	
373.060,84 €	Julho	373.060,84 €	30-Jul-12	0,00 €	373.060,84 €	2-Ago-12	0,00 €	
370.513,87 €	Agosto	370.513,90 €	27-Ago-12	0,03 €	370.513,90 €	12-Set-12	0,00 €	
366.861,29 €	Setembro	366.920,94 €	3-Out-12	59,65 €	366.920,94 €	8-Out-12	0,00 €	DIF. DECL.: 59,65€
362.538,66 €	Outubro	362.478,97 €	6-Nov-12	-59,69 €	362.479,00 €	12-Nov-12	0,03 €	DIF. DECL.: -59,69€
400.488,69 €	Novembro	400.488,65 €	23-Nov-12	-0,04 €	400.488,69 €	4-Dez-12	0,04 €	
359.575,66 €	Dezembro	359.575,64 €	3-Jan-13	-0,02 €	359.575,66 €	14-Jan-13	0,02 €	
				-0,18 €			0,18 €	

4.547.170,86 € --> Processamento do ano Saldo Final Calculado: 359.575,66 €
 Saldo Final: 359.575,66 €
 Diferença: 0,00 €



3.4.4.6. A.D.S.E.

Procedemos à comparação entre os valores provenientes do processamento de vencimentos, os registados na contabilidade e respetivos pagamentos, bem como as datas em que estes ocorreram, conforme quadro seguinte:

ADSE								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
63.104,61 €	Saldo Inicial	63.104,61 €	28-Dez-11	0,00 €	63.104,61 €	6-Jan-12	0,00 €	
64.231,05 €	Janeiro	64.231,05 €	24-Jan-12	0,00 €	64.231,05 €	30-Jan-12	0,00 €	
61.853,59 €	Fevereiro	61.853,59 €	6-Mar-12	0,00 €	61.853,59 €	6-Mar-12	0,00 €	
62.556,28 €	Março	62.556,28 €	22-Mar-12	0,00 €	62.556,28 €	29-Mar-12	0,00 €	
62.251,43 €	Abril	62.251,43 €	19-Abr-12	0,00 €	62.251,43 €	24-Abr-12	0,00 €	
62.280,85 €	Mai	62.248,45 €	24-Mai-12	-32,40 €	62.248,45 €	25-Mai-12	0,00 €	DIF. DECL.: -32,4€
68.510,73 €	Junho	68.543,13 €	19-Jun-12	32,40 €	68.543,13 €	26-Jun-12	0,00 €	DIF. DECL.: 32,4€
62.238,72 €	Julho	62.238,72 €	25-Jul-12	0,00 €	62.238,72 €	25-Jul-12	0,00 €	
61.893,58 €	Agosto	61.893,58 €	23-Ago-12	0,00 €	61.893,58 €	27-Ago-12	0,00 €	
61.042,30 €	Setembro	61.042,24 €	25-Set-12	-0,06 €	61.042,30 €	1-Out-12	0,06 €	
60.542,51 €	Outubro	60.542,51 €	22-Out-12	0,00 €	60.542,51 €	29-Out-12	0,00 €	
66.289,40 €	Novembro	66.289,40 €	23-Nov-12	0,00 €	66.289,40 €	28-Nov-12	0,00 €	
60.050,11 €	Dezembro	60.050,11 €	19-Dez-12	0,00 €	60.050,11 €	27-Dez-12	0,00 €	
				-0,06 €			0,06 €	
753.740,55 € --> Processamento do ano		Saldo Final Calculado:		0,00 €				
		Saldo Final:		0,00 €				
		Diferença:		0,00 €				

Os desfasamentos identificados entre os valores contabilizados, declarados e os valores efetivamente pagos, não são materiais e encontram-se devidamente regularizados.

3.4.4.7. Cofre de Previdência

Procedemos ainda à validação dos valores contabilizados, declarados e os valores efetivamente pagos relativos aos descontos para o cofre de previdência, sendo que não foram detetados quaisquer desfasamentos, conforme quadro seguinte:

COFRE DE PREVIDÊNCIA								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
1 955,73 €	Saldo Inicial	1 955,73 €	19/dez/11	0,00 €	1 955,73 €	6/jan/12	0,00 €	
1 881,50 €	Janeiro	1 881,50 €	19/jan/12	0,00 €	1 881,50 €	6/fev/12	0,00 €	
1 793,01 €	Fevereiro	1 793,01 €	17/fev/12	0,00 €	1 793,01 €	13/mar/12	0,00 €	
1 893,01 €	Março	1 893,01 €	19/mar/12	0,00 €	1 893,01 €	2/abr/12	0,00 €	
1 786,79 €	Abril	1 786,79 €	20/abr/12	0,00 €	1 786,79 €	10/mai/12	0,00 €	
1 718,20 €	Mai	1 718,20 €	18/mai/12	0,00 €	1 718,20 €	14/jun/12	0,00 €	
1 632,64 €	Junho	1 632,64 €	19/jun/12	0,00 €	1 632,64 €	19/jul/12	0,00 €	
1 581,45 €	Julho	1 581,45 €	20/ago/12	0,00 €	1 581,45 €	7/set/12	0,00 €	
1 671,82 €	Agosto	1 671,82 €	18/jul/12	0,00 €	1 671,82 €	8/ago/12	0,00 €	
1 468,97 €	Setembro	1 468,97 €	28/set/12	0,00 €	1 468,97 €	16/out/12	0,00 €	
1 468,97 €	Outubro	1 468,97 €	31/out/12	0,00 €	1 468,97 €	12/nov/12	0,00 €	
1 630,05 €	Novembro	1 630,05 €	28/nov/12	0,00 €	1 630,05 €	6/dez/12	0,00 €	
1 518,05 €	Dezembro	1 518,05 €	28/dez/12	0,00 €	1 518,05 €	11/jan/13	0,00 €	
				0,00 €			0,00 €	
20 044,46 € --> Processamento do ano		Saldo Final Calculado:		1 518,05 €				
		Saldo Final:		1 518,05 €				
		Diferença:		0,00 €				



3.5. Acréscimos e Diferimentos

No quadro seguinte apresentamos um mapa resumo dos Acréscimos e Diferimentos.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						
Conta A&D	Tipo	Saldo inicial	Saldo Final	Ajustamento	Saldo Corrigido	Varição
271	Acréscimo de Vendas e PS	9 883 470,93 €	61 649 988,64 €	0,00 €	61 649 988,64 €	51 766 517,71 €
Total acréscimo de proveitos		9 883 470,93 €	61 649 988,64 €	0,00 €	61 649 988,64 €	51 766 517,71 €
274	Diferimento Subsídios à exploração e ao investimento	1 997 992,58 €	1 690 300,80 €	0,00 €	1 690 300,80 €	-307 691,78 €
Total proveitos diferidos		1 997 992,58 €	1 690 300,80 €	0,00 €	1 690 300,80 €	-307 691,78 €
273	Acréscimo de FSE	864 109,32 €	661 366,82 €	0,00 €	661 366,82 €	-202 742,50 €
273	Acréscimo de custos com o pessoal	0,00 €	6 461 481,80 €	0,00 €	6 461 481,80 €	6 461 481,80 €
273	Acréscimo de outros custos operacionais	0,00 €	763 198,55 €	0,00 €	763 198,55 €	763 198,55 €
273	Acréscimo de juros e outros custos financeiros	539 610,85 €	807 982,63 €	0,00 €	807 982,63 €	268 371,78 €
Total acréscimo de custos		1 403 720,17 €	8 694 029,80 €	0,00 €	8 694 029,80 €	7 290 309,63 €
272	Diferimento de FSE	0,00 €	24 133,19 €	-24 133,19 €	0,00 €	24 133,19 €
Total custos diferidos		0,00 €	24 133,19 €	-24 133,19 €	0,00 €	24 133,19 €

3.5.1. Acréscimos de Proveitos

Na conta 271911 – ACSS, IP registam-se os valores referentes ao contrato-programa do **CHBM**, na parte que respeita à Produção SNS. À medida que se emitem as faturas á ACSS, entidade que procede ao pagamento dos valores do contrato-programa, anulam-se os valores "estimados", creditando a conta 271911 pelo valor das mesmas.

Assim, a 31 de Dezembro de 2012, estavam registados um total de € 61.447.857,86 que dizem respeito a:

- ♥ € 53.268.464,86 referente ao contrato-programa de 2012, que ainda não se encontram faturados. De referir que a 31.12.2012 só se encontravam faturados e validados pela ACSS o montante de € 19.481,89, relativos a Janeiro de 2012;
- ♥ € 7.252.033,00 referente ao valor de convergência. De referir que este valor é diferente do estabelecido no contrato-programa para 2012 (€ 3.750.832,60), tendo sido determinado com base no Despacho nº2825/2012, de 31-12-2012, do Senhor Secretário de Estado da Saúde.
- ♥ € 927.360,00 referente a valores do contrato-programa de 2011 ainda não faturados, nomeadamente o valor respeitante ao programa vertical – VIH/Sida.

Os restantes € 202.130,78 foram por nós validados e dizem respeito a:

- ♥ € 200 680,78 € referentes às taxas moderadoras de 2012 e 2011 que ainda não se encontravam faturadas;
- ♥ € 1.450,00 referentes a notas de crédito de fornecedores datadas de 2013, mas que dizem respeito a operações do período de 2012.

3.5.2. Acréscimo de Custos

O CHBM registou o valor de € 6.461.481,80 relativo a uma estimativa de remunerações a Liquidar (férias, subsídio de férias e encargos patronais), a processar e pagar em 2013. Esta estimativa já teve em conta o chumbo do Tribunal Constitucional das medidas constantes do Orçamento de Estado para 2013.

Neste montante está também contemplado o acréscimo de horas extraordinárias e noites e suplementos referentes a Novembro e Dezembro de 2012, mas que apenas são pagas em Janeiro e Fevereiro de 2013, no valor total de 1.049 mil euros.

Estão ainda registados Outros Acréscimos de Custos no valor de € 2.232.548,00 referentes a:

- ♥ Juros a liquidar, no valor de € 807.982,63, compreendendo a estimativa de custos financeiros associados ao financiamento obtido junto do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde. O cálculo deste valor foi por nós validado;
- ♥ Outros gastos com fornecimentos e serviços externos, no valor de € 661.366,82, cujas faturas têm data de 2013, no entanto referem-se a operações efetuadas durante o ano de 2012;
- ♥ Medicamentos obtidos por empréstimo em outros hospitais, no valor de € 763 198,55, cuja valorização da entrada não tinha sido contabilizada.

3.5.3. Proveitos Diferidos

Os proveitos diferidos ascendem ao montante de € 1.690.300,80 e resultam aos projetos de investimento realizados pelo **CHBM**.

Esta conta é movimentada da seguinte forma:



- ♥ a crédito, pelas entradas de dinheiro para financiamento de bens do imobilizado ligados a projetos específicos.
- ♥ a débito, pelas transferências para a conta 7983 - Proveitos e ganhos extraordinários – em subsídios para investimento, que correspondem às amortizações do imobilizado a que respeitam, na proporção do financiamento.

Na passagem da antiga aplicação de gestão de imobilizado do Hospital do Barreiro para a atual, houve um levantamento/valorização de imobilizado por uma entidade externa especializada nesta área (à semelhança do ocorrido durante o ano de 2009 no Hospital do Montijo), tendo-se perdido diversos dados e informações referentes aos bens co-financiados.

Os valores anteriores correspondem aos lançamentos contabilísticos efetuados (a crédito) nas subcontas da conta 2745 durante os anos de 2003 a 2005 e 2008 a 2012 (em 2006 e 2007 não se registaram financiamentos). Por cada valor registado apuraram-se os bens associados, tendo por base um ficheiro que elaboramos desde 2006 onde constam, por recebimento, os dados referentes aos bens adquiridos e apresentados em pedidos de pagamento efetuados pelo Hospital (o nome do fornecedor, nº fatura, data, valor, descrição do bem e nº de inventário atribuído na data de aquisição).

Este ficheiro foi durante o presente exercício devidamente validado e atualizado com os bens adquiridos em 2012 e que foram objeto de co-financiamento.

Confrontando os bens anteriores com os que constam do ficheiro disponibilizado pelos Serviços Financeiros, verificámos que existiam diferenças entre os valores inicialmente recebidos e os correspondentes valores dos bens de imobilizado. Estas diferenças eram provocadas fundamentalmente por:

- ♥ Existirem bens que, embora originalmente fizessem parte dos pedidos de pagamento, não estão atualmente classificados como co-financiados;
- ♥ Outros que foram co-financiados, mas que não foram identificados na atual base de dados de imobilizado do Hospital;
- ♥ Ainda alguns bens que, entretanto, foram abatidos;

♥ E, por último, existem bens atualmente classificados como co-financiados que não fazem parte das listas de bens apresentadas nos pedidos de pagamento (e considerados elegíveis) referidos anteriormente.

Deste modo, face às deficiências detetadas no sistema de gestão do imobilizado, os Serviços Financeiros do **CHBM** optaram por refletir na contabilidade os valores que resultam do ficheiro atrás mencionado, cujo resumo apresentamos no quadro da página seguinte:

PROJECTO	Valor Bens Imobilizado	Transferência de valor para 7983 associada a Amort 2012	Saldo final (31/12/2012) da conta 2745
Desenvolvimento e Apetrechamento para a área Oncológica	308 250,02	-	-
SONHO - Instalação nos vários serviços de internamento e hospitais de dia: "Instalação Equipamento técnico para bloco de partos Neonatologia	164 500,39	417,58	4 142,06
Implementação Via Verde Coronária	339 110,44	2 274,48	139,17
Saúde XXI: concepção e implementação de sistema de gestão	100 666,94	-	-
Implementação do sistema de Gestão de Qualidade no Serviço de Imagiologia	13 533,38	-	-
Desenvolvimento e Apetrechamento para a área Oncológica - Projecto integrado para o	15 002,64	-	-
Instalação de uma Unidade de Radioterapia	107 063,75	4 014,89	45 242,92
Aquisição de um Sistema de Arquivo e Comunicação de Imagem Digital (PACS)	5 043 288,58	111 535,91	482 537,63
Qualificação Unidade de Cirurgia em Ambulatório	677 031,30	-	0,00
Farmácia 1ª Fase	2 009 799,22	115 050,05	783 559,21
Cuidados Paliativos	386 365,71	9 240,81	163 822,14
Infertilidade/procriação médica assistida	229 998,81	9 982,36	170 843,70
Plano Nacional de Controlo de Diabetes	181 982,78	51 680,95	34 189,29
TOTAL	10 484,24	3 494,75	5 824,69
Valores contabilizados em 2012	-	307 691,78	1 690 300,80
Diferença	-	-	-

Tendo em conta o quadro anterior, o saldo da conta 2745, à posição de 31/12/2012 verificamos que os valores se encontram devidamente reflectidos no balanço.

3.5.4. Custos Diferidos

Os custos diferidos ascendem ao montante de € 24.133,19 e corresponde a um contrato de assistência técnica de 3 anos com a Siemens. Verificámos o documento de suporte e detetámos que o valor que foi faturado corresponde apenas à prestação anual de 2012, pelo que não deveria ter sido diferido qualquer montante.



3.6. Disponibilidades

No que diz respeito às disponibilidades, o nosso trabalho incidiu sobre as seguintes áreas:

☛ Verificação dos valores em caixa:

VALORES MONETÁRIOS									Fundo Fixo 2012	Fundo Fixo 2011	Variação dos Fundos
Conta	Caixa/Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.			
1111	Caixa A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK			
11801	FM - Aprovisionamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	350,00 €	370,00 €	-20,00
11802	FM - Tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	500,00 €	300,00 €	200,00
11803	FM - C. Ext. Admissão Doentes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	100,00 €	30,00 €	70,00
11804	FM - S.I.E.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	650,00 €	1.526,20 €	-876,20
11806	FM - Serviço Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	200,00 €	250,00 €	-50,00
11807	FM - Tx. Mod. Exterior	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	90,00 €	200,00 €	-110,00
11812	FM - Urgência	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	170,00 €	170,00 €	0,00
11814	FM - Transportes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	100,00 €	300,00 €	-200,00
11817	FM - Pediatria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	30,00 €	75,00 €	-45,00
11818	FM - Administração	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	100,00 €	230,41 €	-130,41
Total Caixa		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK			

No que concerne à caixa, a entidade tem implementado um conjunto de fundos de maneo, em sistema de fundo fixo. Estes fundos são usados apenas para que os serviços disponham de algum dinheiro para pagamentos de pequeno montante. O valor do fundo fixo, no final do ano é devolvido aos serviços financeiros. Validámos um conjunto de despesas associados aos fundos de maneo e as devoluções efetuadas pelos serviços e não detetámos qualquer anomalia.

☛ Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela empresa:

VALORES MONETÁRIOS								
Conta	Caixa/Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.
12101	CGD - 34483/930	120.492,67 €	98.577,34 €	101.408,85 €	-2.831,51 €	2.831,51 €	0,00 €	OK
12102	CGD - 000225/130	43.632,70 €	42.249,56 €	42.935,09 €	-685,53 €	685,53 €	0,00 €	OK
12109	BES - 52901256	882.200,84 €	572.722,78 €	571.616,95 €	1.105,83 €	-1.105,83 €	0,00 €	OK
12110	BES Multibanco - 0003 2309 1869	26.475,13 €	8.492,38 €	8.822,52 €	-330,14 €	315,64 €	-14,50 €	Não Reconciliado
Total D.O.		1.072.801,34 €	722.042,06 €	724.783,41 €	-2.741,35 €	2.726,85 €	-14,50 €	Não Reconciliado
13101	DGT Conta nº 4422/94	6.751.400,65 €	1.726.912,22 €	4.452.391,47 €	-2.725.479,25 €	2.723.776,35 €	-1.702,90 €	Não Reconciliado
13102	DGT Conta nº 4028/Montijo	15.132,38 €	15.099,98 €	15.099,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total D.P.		6.766.533,03 €	1.742.012,20 €	4.467.491,45 €	-2.725.479,25 €	2.723.776,35 €	-1.702,90 €	Não Reconciliado
Total Valores Monetários		7.839.334,37 €	2.464.054,26 €	5.192.274,86 €	-2.728.220,60 €	2.726.503,20 €	-1.717,40 €	Não Reconciliados

Da leitura do quadro acima, podemos verificar que se encontram pendentes nas reconciliações bancárias um montante total de € 2.728.220,60, dos quais conseguimos validar € 2.726.503,20.

Analizadas as reconciliações bancárias das entidades acima identificadas, verificámos o seguinte:

☛ No final do ano, a conta 12110 (BES – conta nº 1869) apresentava o seguinte valor pendente de contabilização pelo Hospital:



Itens em Aberto nas Reconciliações Bancárias			
Conta	Data	Descrição	Valor
#12110	01-12-2012	Jose Augusto Pereira Batista	-14,50 €

- Relativamente à conta 13101 da Direção Geral do Tesouro (nº 4422), apresentava em 31 de Dezembro uma diferença de reconciliação de € 2.725.479,25, dos quais não foi possível reconciliar € 1.702,90, conforme discriminado abaixo:

Itens em Aberto nas Reconciliações Bancárias			
Conta	Data	Descrição	Valor
#13101	17/12/2012		123,00 €
#13101	17/12/2012		91,54 €
#13101	18/12/2012		27,62 €
#13101	19/12/2012		16,27 €
#13101	18/12/2012	TR 1403	-39,00 €
#13101	17/07/2012	RG 12070026	-468,00 €
#13101	24/07/2012	RG 12070065	-1 126,00 €
#13101	07/09/2012	RG 12090014	-23,40 €
#13101	07/09/2012	RG 12090030	-27,62 €
#13101	08/10/2012	2100041 Procº 2637/09.3TB	-16,27 €
#13101	09/11/2012	RG12110031	-123,00 €
#13101	06/12/2012	OD 1212012	-91,54 €
#13101	28/12/2012	CHQ 1000743421	-46,50 €
TOTAL			-1 702,90 €

Não foram detetados quaisquer desfasamentos materialmente relevantes entre o valor verificado e o valor constante na contabilidade da entidade.

3.7. Provisões e Outras Contingências

Em relação às provisões e outras contingências foram realizadas as seguintes ações:

- Reuniões com os responsáveis da entidade por forma a obter informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais;
- Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;
- Análise das situações justificativas da constituição de provisões para riscos e encargos e divulgação de passivos ou responsabilidades contingentes.

De acordo com os relatórios dos advogados, no que respeita a provisões para processos judiciais em curso, existem diversos processos interpostos contra o **CHBM**, ainda em curso em Dezembro de 2012, tendo sido constituídas as correspondentes provisões, de acordo com o mapa seguinte:

MAPA DE PROVISÕES OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Descrição	Valor	% Provisionada	% Fisc. Aceite	% Fiscal Anos Anteriores	Total
937/08.9BEALM - Irene Maria Silva Marques Sabino	500.000,00 €	30%	30%	30%	150.000,00
256/11.3BEALM - Iberlim	92.538,30 €	50%	50%	50%	46.269,15
31000051 - Autoridade Condições Trabalho	30.600,00 €	30%	30%	0%	9.180,00
388/12.8TTBRR - Carla Santos e outros técnicos de radioterapia	126.000,00 €	100%	100%	0%	126.000,00
397/12.0TTBRR - Juan Carlos Cruz	100.000,00 €	100%	100%	0%	100.000,00
670/12.7BEALM - ZUCOTEC - Soc. Construções, Lda.	1.250.000,00 €	21%	21%	0%	264.274,48
1092/12.5BEALM - BNP Paribas Factor	1.462.636,25 €	2%	2%	0%	31.677,00
349/06.9BEALM - Maria Gabriela Lopes e Felizardo Marques	27.997,04 €	100%	100%	100%	27.997,04
762/11.0BEALM - Sindicato Médicos Zona Sul	32.048,06 €	50%	50%	50%	16.024,03
		2012		2012	771.421,70
		2011		2011	401.430,77
Valor Provisionado (contab.)	369.990,93		V. Calculado: Aumento		369.990,93
<i>Valor líquido (Custo - Provento)</i>			Diferença / Correção		0,00

O valor provisionado para fazer face a riscos e encargos com processos judiciais em curso, no montante total de €771.421,70, foi por nós validado, tendo sido calculado com base no relatório dos advogados. Consideramos o valor adequado face às obrigações que podem decorrer de tais processos.

O valor das contas de terceiros constantes no Balanço representa de forma verdadeira e apropriada o montante dos direitos e obrigações que o CHBM tem perante terceiros.

4. RESULTADOS

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011	% Var.
Proveitos e Ganhos	65.280.461,83 €	61.359.026,41 €	6%
Vendas e Prestações de Serviços	62.929.818,54 €	59.761.291,01 €	5%
Proveitos Suplementares	338.360,13 €	265.160,87 €	28%
Transf. e Sub. Correntes Obtidos	5.719,94 €	2.205,03 €	159%
O. Prov. e Ganhos Operac.	305.770,43 €	160.942,20 €	90%
Prov. e Ganhos Financeiros	803.300,07 €	91.748,30 €	776%
Prov. e Ganhos Extraordinários	897.492,72 €	1.077.679,00 €	-17%
Custos e Perdas	83.560.117,88 €	85.918.429,98 €	-3%
CMVMC	18.352.267,79 €	21.054.641,73 €	-13%
FSE	12.026.433,61 €	13.848.724,68 €	-13%
Custos c/ Pessoal	43.143.200,12 €	46.399.104,32 €	-7%
Outros Custos e Perdas Operac.	33.053,18 €	32.198,65 €	3%
Depreciações/Amortizações	3.470.009,86 €	3.810.351,17 €	-9%
Provisões do Exercício	369.990,93 €	422.858,92 €	-13%
C. e P. Financeiros	269.668,97 €	301.848,25 €	-11%
C. e P. Extraordinários	5.895.493,42 €	48.702,26 €	12005%
Resultado Antes de Impostos	- 18.279.656,05 €	- 24.559.403,57 €	26%



Verificámos uma melhoria de 26% nos Resultados antes de impostos, provocada essencialmente pelo aumento de 5% das Vendas e Prestações de Serviços, acrescida da redução de 13% dos CMVMC e dos FSE.

Foram analisados e testados os vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício:

4.1. Proveitos e Ganhos

O volume das prestações de serviços foi analisado e validado aquando dos testes efetuados nas áreas de clientes e outros devedores não financeiros e de acréscimos e diferimentos. Os ganhos financeiros foram também validados aquando dos testes efetuados às retenções efetuadas por terceiros e aos fornecedores.

O mapa seguinte apresenta os restantes proveitos e ganhos, ainda não abrangidos nos pontos anteriores do presente relatório:

OUTROS PROVEITOS E GANHOS				
Conta	Tipo	Saldo da conta*	Ajustamento	Saldo Corrigido
73	Proveitos suplementares	338 360,13 €	0,00 €	338 360,13 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	305 770,43 €	0,00 €	305 770,43 €
793	Ganhos em existências	449 071,19 €	0,00 €	449 071,19 €
794	Ganhos em imobilizado	120,00 €	0,00 €	120,00 €
795	Benefícios e penalidades contratuais	20 624,70 €	0,00 €	20 624,70 €
796	Redução de Amort. e Provisões	23 468,02 €	0,00 €	23 468,02 €
797	Correcções relativas a períodos anteriores	67 236,66 €	0,00 €	67 236,66 €
7988	Outros proveitos não especificados	29 280,37 €	0,00 €	29 280,37 €

Os restantes proveitos foram igualmente validados e verificadas as ocorrências que motivaram a existência de proveitos extraordinários.

4.2. Custos e Perdas

Os seguintes custos e perdas foram analisados nos pontos associados:

- ♥ Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas foi analisado aquando dos testes efetuados na área de existências – ver ponto 3.3;
- ♥ Amortizações do imobilizado encontram-se analisadas no ponto 3.2;
- ♥ Ajustamentos ao ativo da entidade encontram-se analisados nos pontos 3.2, 3.3 e 3.4.2;



- ♥ Provisões encontram-se analisadas no ponto 3.7;
- ♥ Outros custos financeiros foram analisados no ponto 3.4.3.

Foram analisados os fornecimentos e serviços externos ocorridos em 2012. Foram por nós validados um conjunto de documentos, selecionados por amostragem e para os quais foram validados:

- ♥ O seu correto registo contabilístico;
- ♥ A necessidade de especializações;
- ♥ O cumprimento de todos os requisitos constantes no art.º 36 do CIVA.

Não foi detetada qualquer situação que coloque em causa a fiabilidade do valor deste item.

Foi testado o processamento de salários do mês de **Novembro de 2012**. De referir que as retenções de rendimentos bem como as demais contribuições encontram-se analisadas no ponto 3.4.4..

Neste teste foram contemplados uma amostra de 100 funcionários do Centro Hospitalar, cerca de 6% do total de funcionários àquela data, todos com remuneração base acima dos 2.000,00€, correspondendo a 19% do total das remunerações conforme quadros seguintes:

Amostra Remunerações analisadas	607 236,19 €	Nº de Funcionários abrangidos na amostra	100
Total de Remunerações	3 194 515,81 €	Total de Funcionários a Nov/12	1 679
	19,01%		6%

Do teste efetuado foi validado o processamento salarial, bem como o enquadramento fiscal e respetivos cálculos em sede de IRS, CGA, Segurança Social e outras contribuições.

Não foram detetados quaisquer inconformidades merecedoras de relato, com exceção de pequenos ajustamentos, imateriais, em sede de IRS, conforme quadros seguintes:

Total Valor IRS analisado	178 956,00 €	Total Valor IRS analisado	178 956,00 €
Total Valor IRS	485 971,57 €	Erros encontrados	- 48,87 €
	36,82%		-0,03%

Foi também testada a estimativa de férias e subsídio de férias. A mesma encontra-se analisada no ponto 3.5.2

O mapa seguinte apresenta os restantes custos e perdas, ainda não abrangidos nos pontos anteriores do presente relatório:



OUTROS CUSTOS E PERDAS				
Conta	Tipo	Saldo da conta*	Ajustamento	Saldo Corrigido
65	Outros custos e perdas operacionais	-33 053,18 €	0,00 €	-33 053,18 €
692	Dívidas incobráveis	-5 512,50 €	0,00 €	-5 512,50 €
693	Perdas em existências	-610 859,26 €	0,00 €	-610 859,26 €
694	Perdas em imobilizações	-15 965,98 €	0,00 €	-15 965,98 €
695	Multas e penalidades	-10,50 €	0,00 €	-10,50 €
698	Outros custos e perdas extraordinários (excepto insuficiência da estimativa para impostos)	-19 211,11 €	0,00 €	-19 211,11 €

5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

5.1. Orçamento de Resultados

5.1.1. Orçamento de Proveitos e Ganhos

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas		Orçamento	Realizado	Desvio	
		2012	2012	Valor	%
71	Vendas e prestações de serviços	67.823.770	62.929.819	(4.893.951)	(7,2)
73	Proveitos suplementares	301.200	338.360	37.160	12,3
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	0	5.720	5.720	100,0
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	55.860	305.770	249.910	447,4
78	Proveitos e ganhos financeiros	85.420	803.300	717.880	840,4
79	Proveitos e ganhos extraordinários	320.000	897.493	577.493	180,5
		68.586.250	65.280.462	(3.305.788)	(4,8)

- No final de 2012, o total dos **Proveitos e Ganhos** ficou 4,8% abaixo do previsto no orçamento. De referir que uma parte substancial dos valores é estimada e contabilizada a título de acréscimo de proveitos (61.224.593,90€ ao SNS), pelo que a sua execução fica sempre dependente do grau de cumprimento do contrato-programa com a ACSS;
- O valor das **Prestações de Serviços** também ficou ligeiramente abaixo do orçamentado (7,2%), sendo o desvio negativo em 4.893.951€, essencialmente devido às alterações de preços do contrato-programa, acompanhada de uma quebra generalizada da atividade. De referir, como já afirmado no parágrafo anterior, este valor inclui o valor estimado para os meses de Janeiro a



Dezembro, referente às prestações de serviços efetuadas a doentes do SNS no âmbito do contrato-programa, tendo em conta a produção verificada;

- Os **Proveitos Suplementares** respeitam sobretudo à cessão da exploração ou de utilização das instalações do Hospital e ficaram acima do montante orçamentado para o período em análise (12,3%) com um desvio positivo de 37.160€;
- A rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes Obtidos** não estava orçamentada, apresentando por isso um desvio positivo de 5.720€;
- Relativamente aos **Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**, ficaram acima do orçamento anual para a rubrica em cerca de 447,4%, a que corresponde um desvio positivo de 249.910€, o que se traduz num aumento dos reembolsos dos encargos suportados pelo Hospital;
- Os **Proveitos e Ganhos Financeiros** ultrapassaram o montante orçamentado em 717.880€, representando um desvio positivo de 840,4%;
- Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários** superaram o orçamento anual em 577.493€, em parte justificado pela contabilização da utilização do subsídio para investimentos relativo ao exercício de 2012.

5.1.2. Orçamento de Custos e Perdas

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas		Orçamento	Realizado	Desvio	
		2012	2012	Valor	%
61	CMVMC	19.715.274	18.352.268	(1.363.006)	(6,9)
62	Fornecimentos e serviços externos	13.874.403	12.026.434	(1.847.969)	(13,3)
64	Custos com o pessoal	42.315.584	43.143.200	827.616	2,0
65	Outros custos e perdas operacionais	35.215	33.053	(2.162)	(6,1)
66	Amortizações do exercício	3.872.460	3.470.010	(402.450)	(10,4)
67	Provisões do exercício	25.000	369.991	344.991	1.380,0
68	Custos e perdas financeiras	302.150	269.669	(32.481)	(10,7)
69	Custos e perdas extraordinários	58.210	5.895.493	5.837.283	10.028,0
		80.198.296	83.560.118	3.361.822	4,2

- De acordo com os valores registados na Contabilidade, os **Custos e Perdas** atingiram no fim de 2012, cerca de 104% do valor anual orçamentado, resultando um desvio de € 3.361.822;



- Os **Consumos** apresentam um grau de execução inferior ao valor orçamentado (6,9%), sendo que as descidas mais significativas se verificaram nos consumos de Medicamentos, (2.151.717€), nos Reagentes e Produtos de Diagnóstico Rápido (225.765€) e nos consumos de Outro Material de Consumo Clínico (161.000€);
- Os **Fornecimentos e Serviços Externos** situaram-se 13,3% abaixo do orçamentado para o período, traduzindo-se num desvio desfavorável de 1.847.969€ que é justificado pelas descidas nas rubricas de Comunicações (94.840€), Honorários (127.919€), Trabalhos Especializados (271.484€) e Vigilância e Segurança (343.492€). De referir, que apesar desta situação, verificámos um aumento dos encargos com determinadas componentes de custos, nomeadamente com eletricidade, combustíveis, publicidade e marketing;
- No que se refere às **Despesas com o Pessoal** o montante executado ficou acima do orçamentado em 2%, representando um desvio de 827.616€ face ao orçamentado. Pese embora esta situação, verificou-se uma redução em 3.255.904€ face ao ano anterior. Em termos absolutos, as descidas mais significativas verificaram-se nas seguintes rubricas: Remuneração base do pessoal (834.731€), Horas extraordinárias (1.032.736€) e Pensões (560.693€). Percentualmente, as diminuições com maior impacto no total da rubrica foram as relacionadas com as ajudas de custo (85%), o CIGIC (61,8%), as Gratificações (100%), os Outros custos com o pessoal (64%) e as Prestações sociais diretas (51%).
Apesar desta rubrica ter superado o orçamento, é de referir o esforço considerável que o Hospital tem vindo a realizar na redução dos gastos com o pessoal.
- Os **Outros Custos e Perdas Operacionais** também apresentam um desvio negativo em 6,1% face ao orçamento anual, que resulta da política de contenção de custos que tem vindo a ser seguida;
- Relativamente às **Amortizações do Exercício**, verificámos que ficaram abaixo do orçamento para 2012 em 402.450€, motivado pelo término normal da vida útil dos bens e à existência de imobilizações em curso em fase de conclusão, que ainda não originam amortizações;
- No que se relaciona com as **Provisões do Exercício**, ficaram muito acima do orçamentado (344.991€), justificado pelas possíveis responsabilidades futuras do Hospital, identificadas no relatório dos advogados e que se encontram devidamente provisionadas;

- Considerando o orçamento para os **Custos e Perdas Financeiras**, verificámos que também esta rubrica ficou abaixo do orçamento anual (10,7%), justificada pela redução das taxas de juro;
- No que respeita aos **Custos e Perdas Extraordinárias**, a execução ficou significativamente acima do orçamentado (5.837.283€), devido ao fato de se ter feito uma correção a anos anteriores, no montante de 5.243.934,07€ para correção da estimativa de proveitos do SNS relacionada com o Contrato-Programa de 2010 e 2011, que estava feita por excesso.

5.2. Orçamento e Cabimentação

5.2.1. FSE e Subcontratos

A rubrica dos **Subcontratos** encontra-se cabimentada em 4.733.564€, traduzindo-se num grau de execução de 88,9% face ao montante orçamentado. Validámos ainda, que foi nos meios complementares de diagnóstico e de terapêutica que o montante cabimentado ultrapassou os valores impostos pelo orçamento, conforme quadro seguinte:

Contas		2012		Orçamento Disponível	% Execução Orçamental
		Orçamento	Cabimentos		
6211	ASSISTENCIA AMBULATORIA	1.347.481	1.346.017	1.464	99,9
6215	INTERNAMENTOS	736.846	130.862	605.984	17,8
ENT. MINISTERIO SAUDE	621811 ASSISTENCIA AMBULATORIA	3.555	3.555	0	100,0
	621812 MEIOS COMPL. DIAGNOSTICO	640.967	659.714	(18.747)	102,9
	621813 MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	380.899	387.981	(7.082)	101,9
	621815 INTERN. E TRANSPORTE DOENTES	116.292	116.292	0	100,0
EM OUTRAS ENTIDADES	621891 ASSISTENCIA AMBULATORIA	2.350	2.350	0	100,0
	621892 MEIOS COMPL. DDIAGNOSTICO	1.551.920	1.559.423	(7.503)	100,5
	621893 MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	41.438	41.438	0	100,0
	621895 INTERN. TRANSPORTE DOENTES	428.489	414.634	13.855	96,8
	621896 APARELHOS COMPL. TERAPEUTICA	72.265	71.299	966	98,7
		5.322.502	4.733.564	588.938	88,9

No que respeita aos **Fornecimentos e Serviços** e considerando o orçamento anual disponível para esta rubrica (8.551.901€) verificámos um grau de execução de 96,5% correspondendo a um gasto total de 8.253.183€.

As rubricas onde se verificou um maior grau de execução foram: na eletricidade (99,7%), nos livros e documentação técnica (100%), nos honorários (99,9%), em conservação e reparação (99,4%), em limpeza, higiene e conforto (99,7%) e em vigilância e segurança (99,9%).



Contas	2012		Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	
	Orçamento	Cabimentos			
62211	Electricidade	723.875	721.805	2.070	99,7
62212	Combustíveis	498.477	481.856	16.621	96,7
62213	Água	249.653	230.145	19.508	92,2
62214	Outros Fluidos	500	0	500	0,0
62215	Ferramentas & Utensílios	5.000	1.831	3.169	36,6
62216	Livros & Documentos Técnicos	13.055	13.054	1	100,0
62217	Equipamento de Escritório	100	25	75	24,9
62219	Rendas & Alugueres	85.428	64.660	20.768	75,7
62222	Comunicações	263.967	229.418	34.549	86,9
62223	Seguro	91.500	89.547	1.953	97,9
62227	Deslocações & Estadias	4.200	0	4.200	0,0
62229	Honorários	1.340.630	1.339.576	1.054	99,9
62231	Contencioso & Notariado	12.700	11.208	1.492	88,2
62232	Conservação e Reparação	1.094.950	1.088.500	6.450	99,4
62233	Publicidade & Marketing	12.000	9.878	2.122	82,3
62234	Limpeza, Higiene & Conforto	1.376.370	1.371.972	4.398	99,7
62235	Vigilância & Segurança	342.567	342.354	213	99,9
62236	Trabalhos Especializados	2.333.360	2.190.616	142.744	93,9
62298	Outros	103.569	66.738	36.831	64,4
		8.551.901	8.253.183	298.718	96,5

5.2.2. Custos com o Pessoal

Validámos que a rubrica de **Custos com o Pessoal** superou o valor do orçamento anual disponibilizado (42.315.584€), correspondendo os cabimentos a 102% do orçamento.

As subcontas em que o valor cabimentado superou o orçamentado foram: nas noites e suplementos (104%), nas pensões (100%), nos encargos sobre remunerações (101%) e nos encargos sociais voluntários (115%).



	2012		Orçamento Disponível	% Execução Orçamental		
	Contas	Orçamento			Cabimentos	
Órgãos Directivos	6411	Renumeração Base	197.800	191.469	6.331	97
	6412	Subsidio de Férias e Natal	0	12.872	(12.872)	(100)
	64131	Subsidio de Refeição	4.365	4.193	172	96
	64134	Despesas de Representação	58.270	55.360	2.910	95
	6414	Prestações Sociais Directas	200	116	84	58
Pessoal	6421	Renumerações Base do Pessoal	26.272.472	25.531.139	741.333	97
	642211	Horas Extraordinárias	3.907.044	3.696.265	210.779	95
	642212	Prevenções	96.267	93.108	3.159	97
	642221	Noites e Suplementos	2.352.608	2.443.392	(90.784)	104
	64223	Abono Para Falhas	1.010	903	107	89
	64224	Subsídios de Refeição	1.511.215	1.483.841	27.374	98
	64225	Ajudas de Custo	3.500	469	3.031	13
	642281	CIGIC	288.089	155.535	132.554	54
	642282	Gratificações	1.330	0	1.330	0
	642289	Outros	146.000	145.189	811	99
	6423	Prestações Sociais Directas	101.320	42.620	58.700	42
	6424	Subsidio de Férias e Natal	587.826	2.460.038	(1.872.212)	418
	643	Pensões	133.292	133.064	228	100
	645	Encargos s/ Remunerações	6.531.501	6.582.061	(50.560)	101
646	Seg. Contra Ac. & Doen. Prof.	1.580	139	1.441	9	
647	Encargos Sociais Voluntários	92.211	106.062	(13.851)	115	
648	Outros Custos Com Pessoal	27.684	5.366	22.318	19	
			42.315.584	43.143.200	(827.616)	102

5.2.3. Compras de Matérias-Primas

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

	2012		Orçamento Disponível	% Execução Orçamental		
	Contas	Orçamento			Cabimentos	
Produtos Farmacêuticos	616111	Medicamentos CN n°3/2012	14.173.673	14.084.247	89.426	99,4
	616112	O.Mat Consumo Clin CN n°3/2012	225.390	220.666	4.724	97,9
	61612	Reagentes e Prod.Diag. Rápido	1.676.344	1.629.903	46.441	97,2
	61619	Outros Produtos Farmacêuticos	342.245	327.829	14.416	95,8
Material de Consumo Clínico	61621	De Penso	165.775	147.551	18.224	89,0
	61622	Artigos Cirurgicos	284.178	269.708	14.470	94,9
	61623	De Tratamento	762.090	735.940	26.150	96,6
	61624	De Electromedicina	28.021	22.487	5.534	80,3
	61625	De Laboratório	87.695	82.917	4.778	94,6
	61626	Proteses	704.181	692.971	11.210	98,4
	61627	Osteosintese	170.138	169.548	590	99,7
	61629	Outro Mat. Consumo Clínico	812.387	799.665	12.722	98,4
6163	Produtos Alimentares	4.000	2.531	1.469	63,3	
6164	Material de Consumo Hoteleiro	139.535	125.394	14.141	89,9	
6165	Mat. Consumo Administrativo	110.162	90.453	19.709	82,1	
6166	Mat. Manutenção e Conservação	99.458	96.232	3.226	96,8	
6169	Outro Material de Consumo	3.300	2.897	403	87,8	
			19.788.572	19.500.939	287.633	98,5



Verificámos o nível de execução orçamental para as compras no final do 2012, tendo validado que face ao orçamento disponível, foram comprometidos 98,5%, correspondendo a uma poupança de 287.633€.

5.2.4. Investimentos

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro da página seguinte:

Contas	2012		Orçamento Disponível	% Execução Orçamental
	Orçamento	Cabimentos		
422 Edifícios & Outras Constr.	650.000	498.306	151.694	76,7
423 Equipamento Básico	505.000	190.395	314.605	37,7
425 Ferramentas & Utensílios	5.000	0	5.000	0,0
426 Equip. Administ. e Informático	160.000	30.273	129.727	18,9
	1.320.000	718.973	601.027	54,5

Validámos que apenas se encontra cabimentado 54,5% do orçamento previsto, o que representa uma poupança de 601.027€. Este valor é perfeitamente normal face a todas as limitações orçamentais impostas pela tutela.



IV – Prestação de Contas

Nesta área de auditoria procedemos a um conjunto de verificações de forma a ser possível formular a nossa opinião sobre dois aspetos que consideramos essenciais na prestação de contas das entidades públicas: o cumprimento das obrigações decorrentes de um conjunto de normativos a que a entidade está subordinada; e, os processos e procedimentos instituídos e praticados no que concerne á contratação pública. As principais conclusões são relatadas nos pontos seguintes.

6. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Dever de informação

O **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) cumpriu com os deveres de informação, dado ter reportado à DGTF e à IGF, os seguintes instrumentos de gestão:

- Os Documentos de prestação anual de contas individuais, bem como o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas referente ao exercício de 2011, foram remetidos em 20 de Junho de 2012 á ACSS e á ARSLVT e na mesma data foram ainda enviada ao Tribunal de Contas.
- O Plano de Desempenho e de Atividades para 2012 e enviados à tutela que termina com a assinatura do Contrato Programa que se formalizou em 27 de Junho de 2012.
- Os Relatórios Analíticos de Desempenho Económico-Financeiro são elaborados mensalmente e enviados à ARS e à ACSS até ao dia 20 de cada mês.
- O relatório de gestão expressa de forma apropriada os princípios subjacentes ao bom governo das sociedades, designadamente explicitação das condições e níveis de cumprimento de orientações e objetivos de gestão.

6.2. Programa pagar a tempo e horas

A Entidade apresenta um prazo médio de pagamento a fornecedores em 2012 de **553** dias o que, comparativamente com os **412** dias do final do ano de 2011, representa um significativo agravamento do PMP em **141** dias, pelo que o objetivo determinado na RCM n.º 34/2008 não foi cumprido.

No quadro abaixo apresentamos a evolução, tendencialmente agravada, dos últimos 3 anos:



Evolução do PMP (dias)		
Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
251	412	553

Verificámos ainda que a entidade, procedeu à adequada monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores e cumpriu com a prestação de informação exigida nos termos do DL nº 65-A/2011, de 17 de Maio.

6.3. Objetivos de redução do défice orçamental

Neste domínio validámos o cumprimento pelo CHBM de um conjunto de regras definidas pelo Governo em matéria de contributo das entidades públicas para o cumprimento dos objetivos de redução do défice orçamental e da despesa pública e para o controlo da dívida pública. Assim a entidade garantiu alinhamento com os objetivos de consolidação orçamental designadamente:

- Deu cumprimento ao disposto no artigo 29º da Lei 64-B/2011, não tendo havido lugar no ano de 2012 à atribuição de prémios de gestão;
- Foi aplicada redução remuneratória aos membros do Conselho de Administração;
- Foi realizada a redução das remunerações dos seus trabalhadores, em conformidade com a Lei nº 64-B/2011.
- Cumpriu, parcialmente, o disposto no artigo 89º da Lei nº 64-B/2011 de 31 de Dezembro, pois manteve a maioria das suas disponibilidades (84%), em aplicações financeiras junto do IGCP, I.P., no entanto em período anterior (2011) manteve 86%.

Existem várias contas bancárias tituladas pelo CHBM, em instituições financeiras privadas conforme quadro abaixo:

Inst. Financeira	nº conta	Valores a 31-12-2012
BES	52901256	571.616,95
	323091869	8.822,52
CGD	34483/930	101.408,85
	225/130	42.935,09
TOTAL		724.783,41

- Os objetivos de desempenho económico-financeiro não foram alcançados:

Objectivos de Qualidade e eficiência 2012				
Objectivos	2012	Meta	Variação	Resultado
Peso dos custos de pessoal ajustados nos proveitos operacionais	67,9%	64,0%	3,86%	Não Cumpre
% dos custos com horas Extraordinárias, suplementos e FSE no total de custos com pessoal	25,2%	19,2%	6,03%	Não Cumpre
Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa no total do proveitos operacionais	4,8%	9,6%	-4,82%	Não Cumpre
EBITDA (€)	-15.343.276	-7.759.646	-7.583.630	Não Cumpre
Acréscimos de dívida vencida	20.384.407	0	20.384.407	Não Cumpre

Os custos com pessoal, que representam 51% do total dos custos da entidade, apresentam uma diminuição de 2011 (46.339.104€) para 2012 (43.143.200€). Relativamente ao cumprimento do objetivo previsto (64%), no anexo III ao Acordo Modificativo do Contrato-Programa, no que diz respeito ao peso dos custos de pessoal, ajustados nos proveitos operacionais o CHBM **não cumpriu o objetivo**.

Os custos totais do CHBM apresentam uma diminuição de 2011 (85.918.430€) para 2012 (83.560.117€), no entanto neste último período os valores encontram-se acima dos orçamentados (80.198.296€).

Ainda no que diz respeito á percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementos e FSE no total de custos com pessoal a meta foi fixada em 19% **não tendo esse objetivo sido alcançado**, já que a percentagem se situou nos 25,2%.

A meta fixada para a percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa no total dos proveitos operacionais foi fixada em 9,6%, no entanto apenas foi alcançado 4,8%, pelo que este **objetivo não foi cumprido**.

O objetivo fixado para o EBITDA também **não foi cumprido**, atingindo um valor de cerca de 15,3 milhões de euros negativos quando o objetivo fixado era de 7.759,646€ negativos.

- Relativamente à produção efetiva, esta em 2012 atingiu um valor de 62.929.818€ o que apresenta um aumento face à produção de 2011 que ascendeu a 59.761.291€ mantendo-se abaixo do orçamento de proveitos que ascendia a 67.582.368€.



Constatamos que o CHBM, em 2012, não deu cumprimento ao disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, a qual estabelece as normas a que deve obedecer a assunção de novos compromissos nas Administrações Públicas, incluindo entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde. Esta situação deve-se ao facto do CHBM se encontrar numa situação de desequilíbrio na sua estrutura de custos e proveitos.

7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

7.1. Aplicação das normas de contratação pública

O **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) rege-se, em matéria de contratação, pelo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, beneficiando da exclusão, constante do n.º 3 do artigo 5º do referido Decreto-Lei, assim nos contratos celebrados pelos Hospitais E.P.E. abaixo de um determinado valor (valor que corresponde aos limiares de aplicação das directivas comunitárias) estão excluídos da aplicação da Parte II do CCP. A partir de 11 de Agosto de 2012, com a entrada em vigor do DL nº 149/2012 de 12 de Julho, cessa a exclusão acima referida.

Relativamente á auditoria interna realizada ao Serviço de Aprovisionamento, verificámos que as recomendações apresentadas pelos auditores motivaram que o serviço implementasse ações corretivas que tem vindo a ser monitorizadas.

Foi realizada uma amostra de procedimentos aquisitivos realizados pelo CHBM e temos a recomendar:

- Redução do número de procedimentos, nomeadamente para aquisição de produtos farmacêuticos, pois verificámos a existência de vários procedimentos aquisitivos para a mesma tipologia de material.
- Verificámos existem procedimentos em que os valores/quantidades constantes no despacho de adjudicação não estão de acordo com as restantes peças do procedimento, ou seja, existem situações em que o C.A. não adjudica a totalidade do que consta do convite, da proposta apresentada pelos concorrentes e dos relatórios elaborados pelo júri, pelo que recomendámos maior atenção na aplicação do princípio da estabilidade.

Relativamente ao ano anterior, verificámos que houve uma evolução diferente na logística e na farmácia, quanto aos tipos de procedimento de aquisição:

Handwritten mark

Tipo de procedimento	2011		2012	
	Logística	Farmácia	Logística	Farmácia
Ajuste Directo	2788	1306	1242	1779
Consulta ao Mercado	66	0	6	0
Fundo de Maneio	10	4	5	1
Concurso Público	1	0	0	0
Total	2865	1310	1253	1780

O CHBM cumpre de uma forma geral as obrigações legais referentes à aquisição de bens e serviços e empreitadas, com as ressalvas atrás mencionadas.

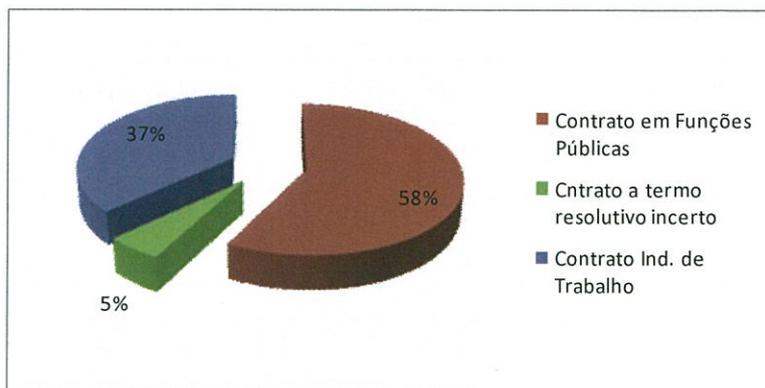
Recomendámos a redução no número de procedimentos para aquisição da mesma tipologia de material e maior atenção ao princípio da estabilidade.

Verificámos que nos contratos de prestações de serviços, nomeadamente nos que tem um maior impacto financeiro devem ser implementados mecanismo de controlo, mais eficazes e eficientes.

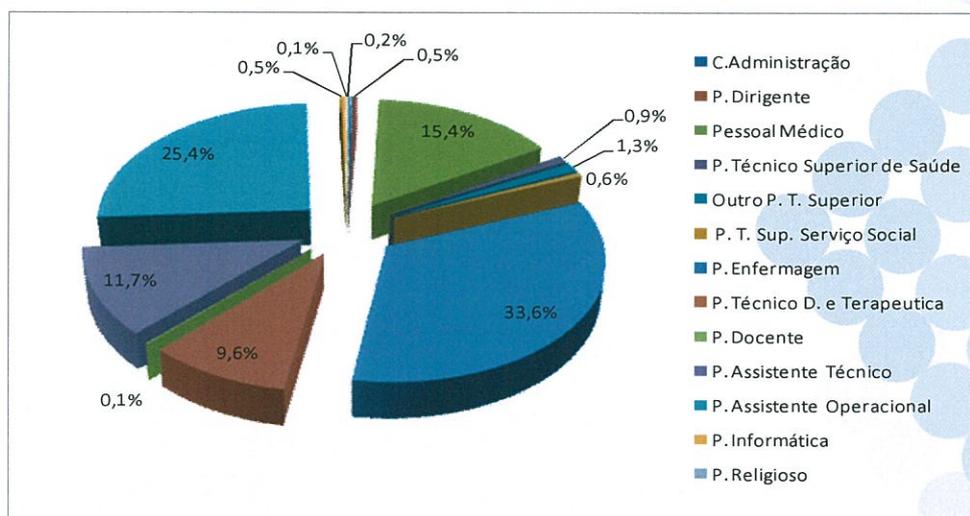
8. RECURSOS HUMANOS

Ao pessoal do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) aplica-se o regime jurídico do contrato em funções Públicas, conforme o disposto na Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis: 64-A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril. E o regime do contrato individual de trabalho, conforme o disposto no Código de Trabalho aprovado pela Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro (artigo 14º do DL nº 233/2005, de 29 de Dezembro).

A CHBM em 31 de Dezembro de 2012 contava com 1.602 recursos humanos divididos da seguinte forma, de acordo com o vínculo:



O gráfico seguinte apresenta os trabalhadores da entidade por Grupo Profissional:



Comparando o ano de 2011 e 2012, verificou-se uma diminuição do número de recursos humanos da entidade de 1.658 para 1.602.

Pelo Despacho nº 15971/2011, publicado na 2ª série do Diário da República em 24 de Novembro de 2011, foram nomeados os membros do Conselho de Administração, para o triénio 2011-2013, sendo este composto por 5 membros, produzindo esta resolução efeitos a 1 de Janeiro 2011.

Pela Resolução nº 45/2012, publicado na 2ª série do Diário da República em 21 de Novembro de 2012, foram nomeados os membros do Conselho de Administração, para um mandato de três anos, sendo este composto por 4 membros, produzindo esta resolução efeitos a 22 de Novembro de 2012.

A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos foi reduzida de acordo com o fixado na lei.



No exercício de 2010 verificámos que não foi aplicada a redução do 5% nos termos disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, aos membros do CA que faziam parte da Direção da Unidade Técnica do Montijo. Foi-nos referido que tal se devia ao facto destes membros terem optado pela remuneração de origem, até ao momento de encerramento deste relatório, o valor já foi repostado pela então diretora clínica, a enfermeira diretora solicitou esclarecimento aguardando o assunto despacho do C.A., pelo que ainda não foi repostado.

O nº 4 do artigo 14º do DL nº 233/2005, de 29 de Dezembro, com as alterações posteriores, nomeadamente o DL nº 244/2012 de 9 de Novembro, determina que os processos de recrutamento de pessoal devem assentar na adequação dos profissionais às funções a desenvolver e devem assegurar os princípios da igualdade de oportunidades, da imparcialidade, da boa-fé e da não discriminação, bem como da publicidade, exceto nos casos de manifesta urgência devidamente fundamentada. Neste âmbito verificámos que a contratação de enfermeiros está a ser realizado com base num processo de seleção de 2010, o que leva a que os profissionais ao serem contactados pelo CHBM para a celebração do contrato manifestem muitas vezes o seu desinteresse, podendo não garantir a maior adequação dos profissionais.

O controlo de assiduidade é realizado por um sistema biométrico, no entanto, este não se encontra integrado como o processamento, as ausências só terão influência nos vencimentos quando verificada pelos RH. Verificámos que existem situações em que o sistema não faz os cálculos das horas corretamente, a situação está a ser acompanhada e monitorizada pelos serviços.

A marcação de férias e o seu controlo assenta num processo manual (papel) é feito no RHV, em nosso entender a marcação e alteração de férias deveriam ser realizadas pelo trabalhador no "Manager Selt Service".

Recomendámos que se proceda à integração entre o sistema de controlo de assiduidade e pontualidade com o sistema de processamento de remunerações mais se recomenda que a marcação e gestão de férias seja realizada pelo trabalhador no próprio sistema.

O risco de acidentes de trabalho encontra-se devidamente segurado, através da apólice nº 003452865 da Zurich. Além do seguro obrigatório de acidentes de trabalho e entidade subscreveu ainda para os membros do CA um seguro "Módulo de Gestão" com a apólice HD IP6 2003210.

A segurança, higiene e saúde no trabalho é assegurada internamente pelo Serviço de Saúde Ocupacional.



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado, oficiais de Contas, Lda.

V – Relatório de Gestão

Foi analisado e apreciado o Relatório de Gestão elaborado pela Administração, o qual reflecte, em nosso entender, uma descrição fiel das actividades realizadas e das perspectivas para o **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** Concordamos com a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 13 de Abril de 2012,

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA COSTA & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 8936

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC n.º 681

